



TESOURO NACIONAL

2026
Agosto

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Fazenda

Dario Carnevali Durigan

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Rogério Oliveira Ceron

Secretário do Tesouro Nacional

Daniel Cardoso Leal

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

David Rebelo Athayde

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Paulo Moreira Marques

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

Luiz Fernando Alves

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Rafael Rezende Brigolini

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)

Francisco Onivaldo de Oliveira Segundo

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Suzana Teixeira Braga

Subsecretária de Administração, Transformação Digital e Inovação (SUATI)

Maria Betania Gonçalves Xavier

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional Arte

Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-Junl: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

Anexo 3

Port. STN 2.057/2025

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

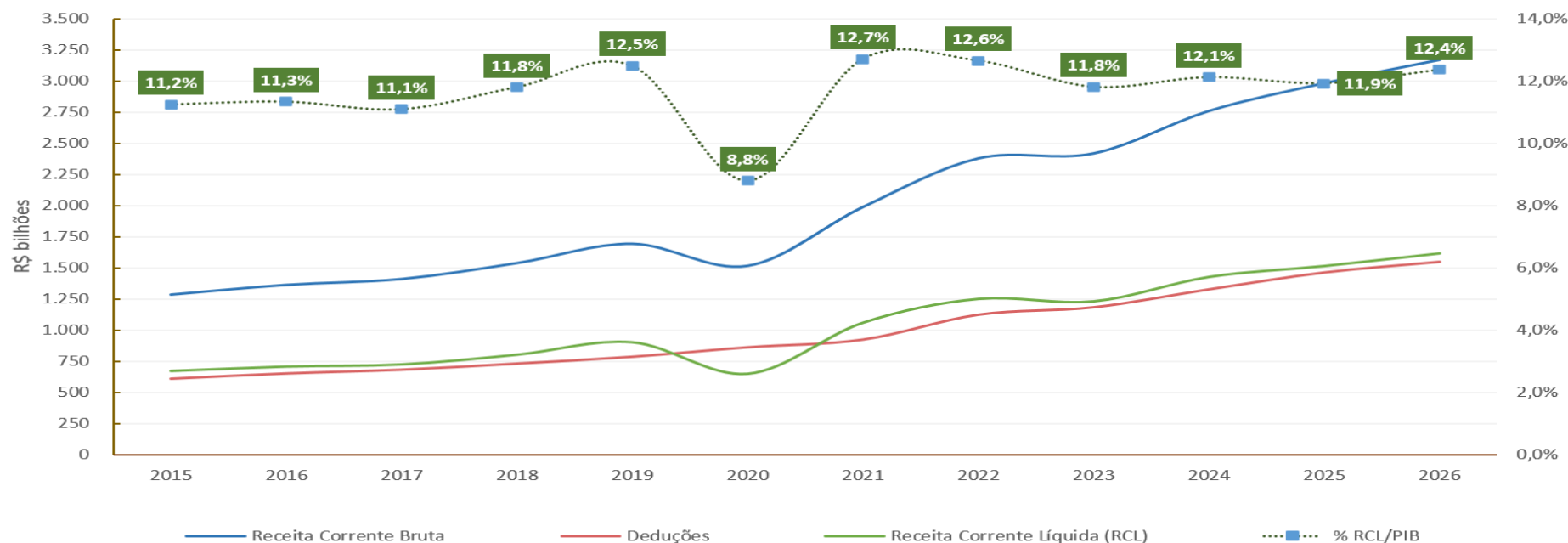
Anexo 3

Port. STN 2.057/2025

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2025	AGO/2026
Receita Corrente Bruta	1.691	1.514	1.986	2.377	2.417	2.982	3.169
Receita Tributária	546	517	711	856	888	1.146	1.259
Receita de Contribuições	853	826	1.001	1.128	1.197	1.488	1.647
Demais Receitas Correntes	292	171	274	392	332	347	263
Deduções	785	862	924	1.124	1.184	1.464	1.550
Transf. Constitucionais e Legais	298	378	367	487	484	621	691
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	405	396	454	530	586	709	793
Outras Deduções	83	87	103	107	113	135	67
Receita Corrente Líquida (RCL)	906	652	1.063	1.253	1.234	1.518	1.619



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

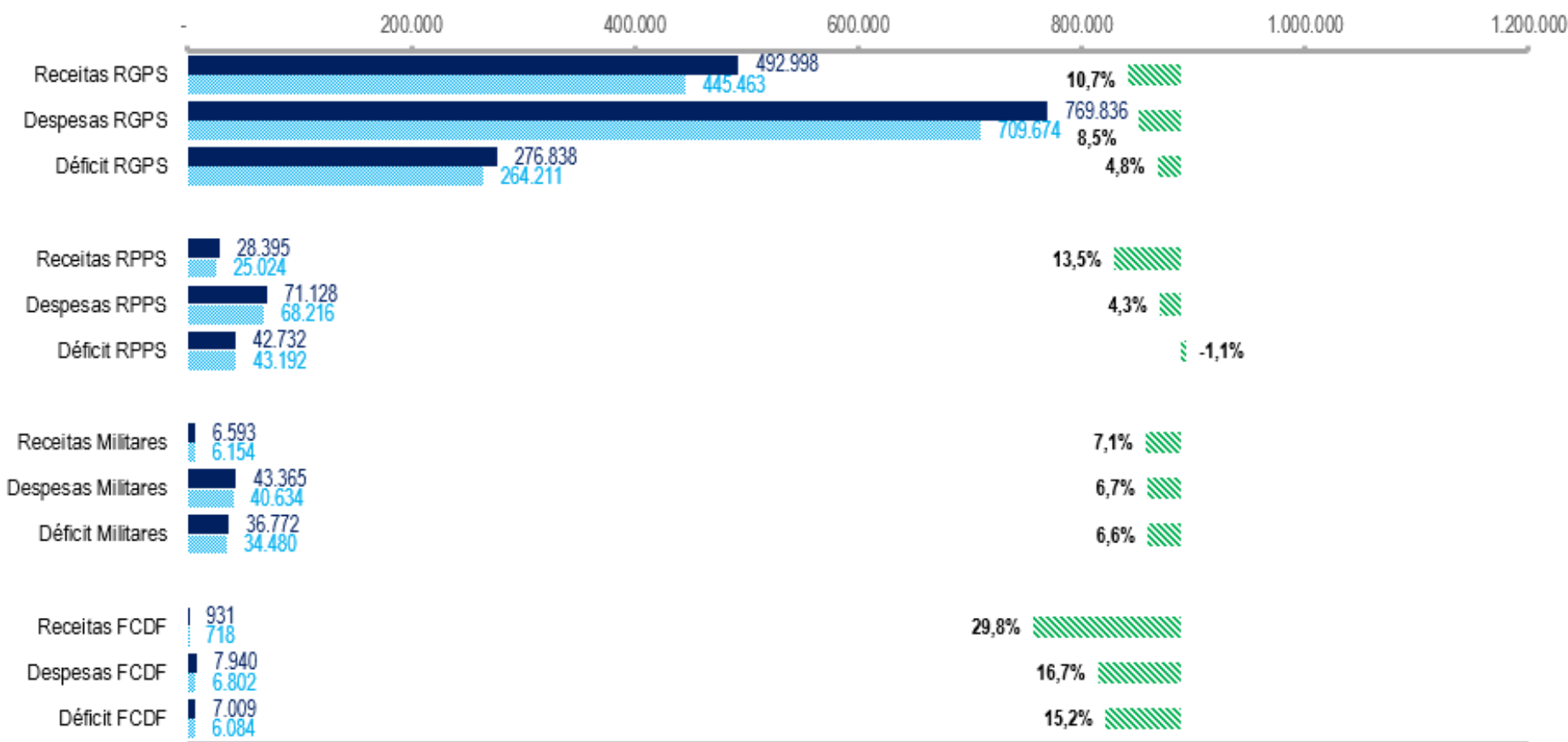
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 3.

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - até Agosto/2026 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2026

■ 2025

■ Variação (%)

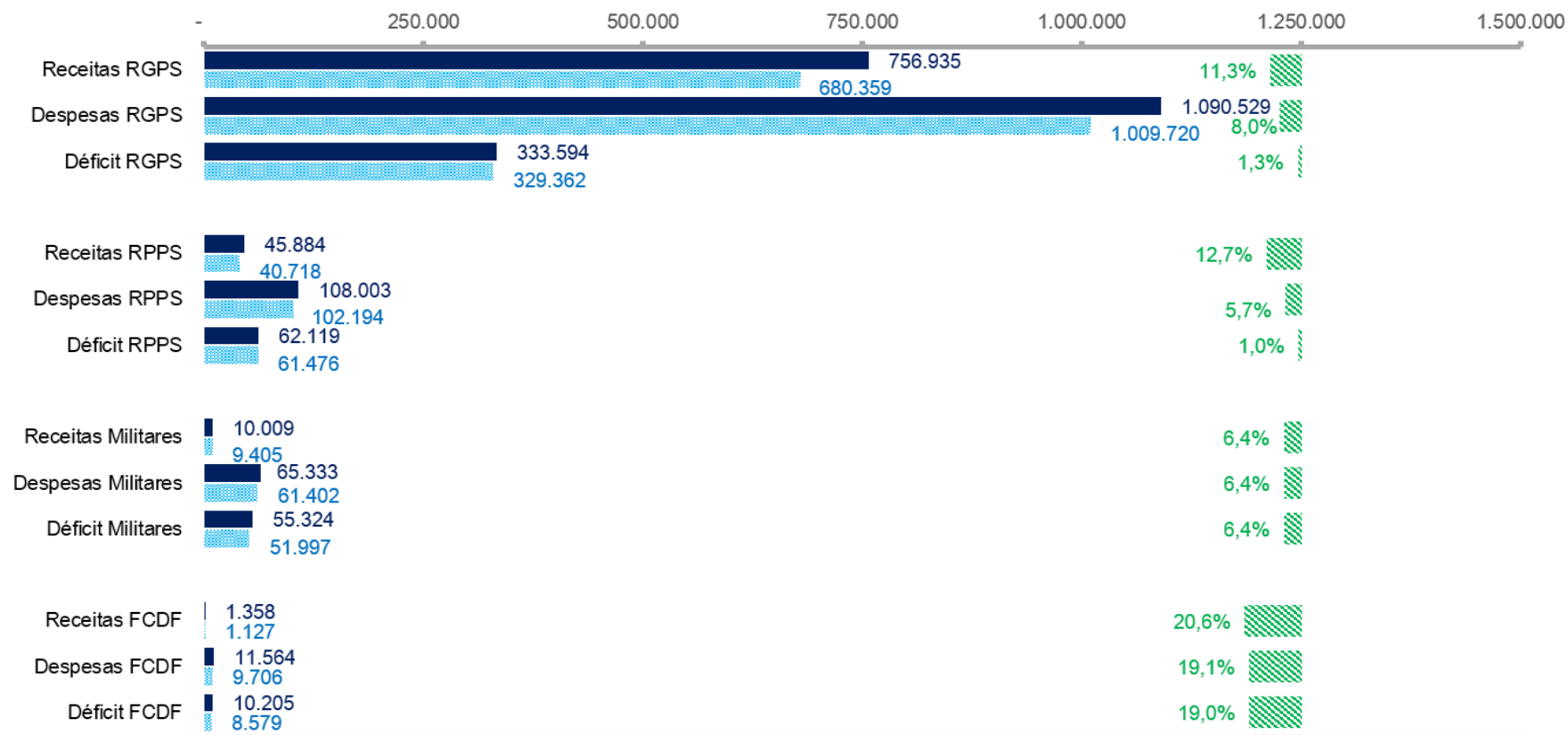
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 4.

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas – Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ Set/2025 a Ago/2026

▤ Ser/2024 a Ago/2025

▨ Variação (%)

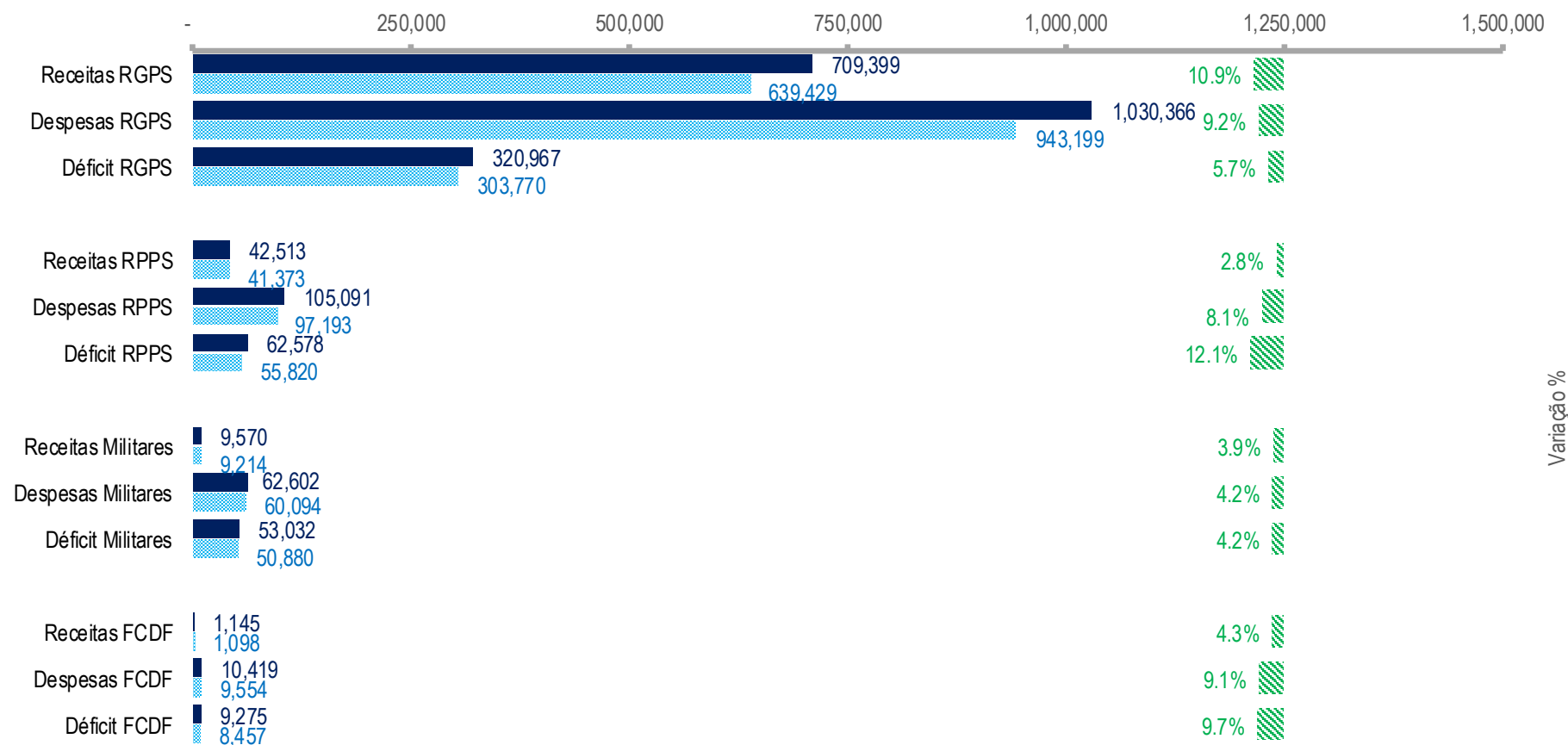
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 4.

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2025 e 2024 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2025
- 2024
- % 2025/2024

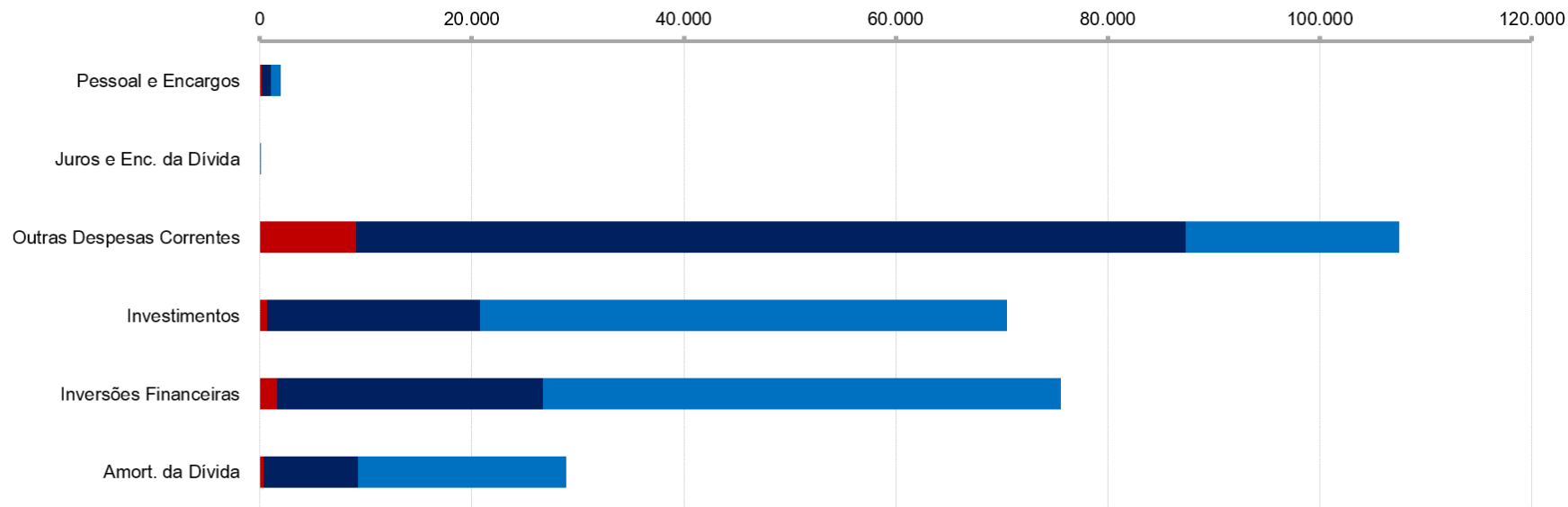
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 4.

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Agosto/2026 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Não Processados**, isto é, referentes a empenhos que iniciaram o presente exercício financeiro com pendências na liquidação e no pagamento.



NÃO PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	177	-	9.058	681	1.609	376	11.901
■ Pagos	851	0	78.270	20.122	25.116	8.889	133.249
■ Saldo a Pagar	909	118	20.173	49.654	48.861	19.676	139.392
Total	1.937	118	107.501	70.458	75.587	28.942	284.542

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

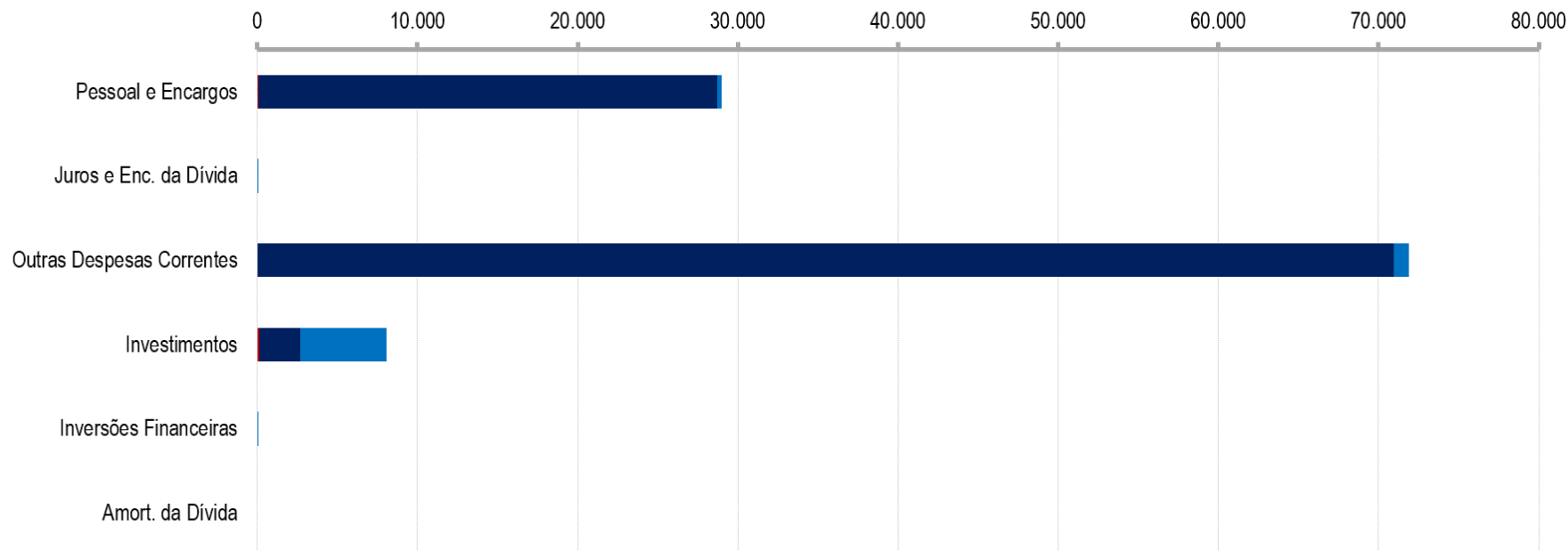
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Agosto/2026 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos que iniciaram o presente exercício financeiro com pendências apenas no pagamento.



PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	65	-	27	153	0	-	244
■ Pagos	28.655	-	70.939	2.537	1	-	102.132
■ Saldo a Pagar	251	1	952	5.382	40	-	6.626
Total	28.971	1	71.917	8.072	41	-	109.002

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 7.

Anexo 8

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Agosto/2026 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação à despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos e a execução até Agosto de 2026.

Executado 88,1% do Mínimo



Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Comparação Despesas Executadas (em Agosto) X Mínimo (em Agosto)

Limite de Educação	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	DEZ/2025	AGO/2026
Despesas Executadas com Educação	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	84,0	87,2	110,9	129,9	81,7
Mínimo (até o mês)*	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	57,0	62,8	66,4	108,6	122,1	92,7
Despesa Excedente ao Mínimo	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	19,3	21,2	20,8	2,3	7,8	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 8.

Anexo 8

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Agosto/2026 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Agosto/2026, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Agosto	18% RLI	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2026	92,7	81,7	88,1%
2025	81,3	70,1	86,3%
2024	71,5	62,7	87,7%
2023	62,2	53,5	86,0%
2022	61,0	49,4	81,1%
2021	81,3	42,5	52,3%
2020	34,4	32,6	94,9%
2019	39,2	37,0	94,4%
2018	35,8	38,8	108,4%
2017	32,9	37,2	113,3%
2016	31,3	38,4	122,8%
2015	31,5	39,2	124,4%
2014	29,8	31,2	104,8%
2013	28,0	26,9	96,1%

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

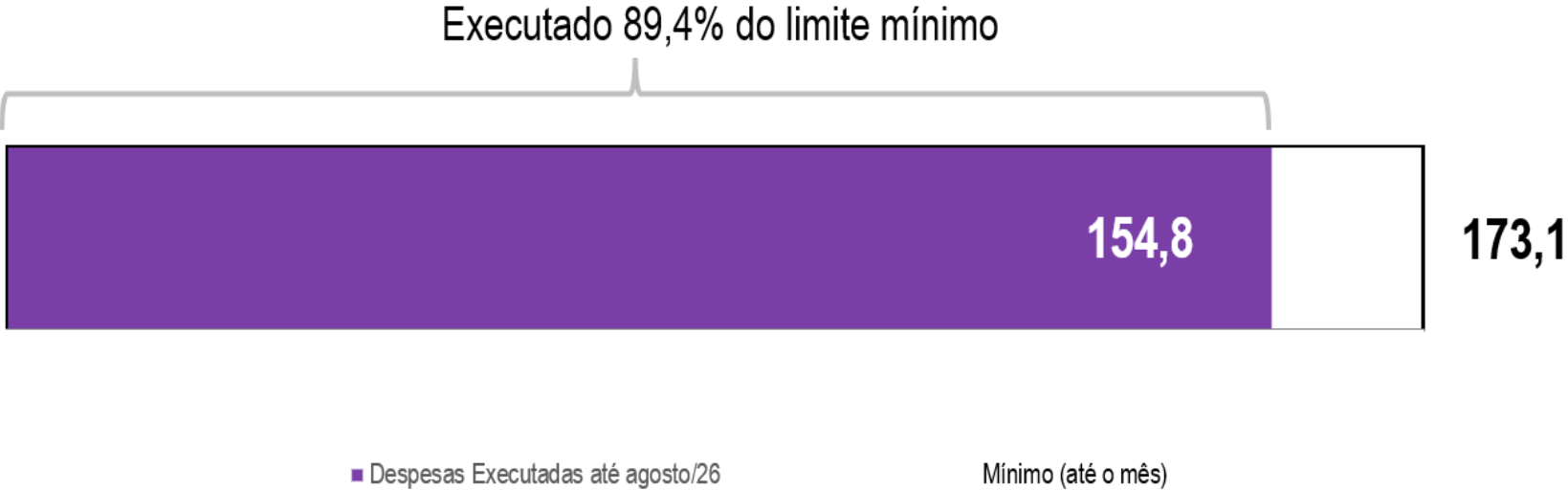
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 8.

Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Agosto/2026 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de 15% do valor da Receita Corrente Líquida.



Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Agosto) X Mínimo (em Agosto)

Limite de Saúde	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	DEZ/2025	AGO/2026
Despesas Executadas com Saúde	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	179,8	215,9	234,5	154,8
Limite Mínimo (até o mês)	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	172,8	214,5	227,7	173,1
Despesa Excedente ao Mínimo	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	7,0	1,4	6,8	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 12.

Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Agosto/2026 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Agosto/2026, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Agosto	Mínimo	Despesas Executadas	% do Mínimo Atingido
2026	173,1	154,8	89,4%
2025	157,9	129,4	81,9%
2024	144,6	125,3	86,7%
2023	128,2	88,5	69,0%
2022	135,1	92,8	68,6%
2021	107,4	100,6	93,7%
2020	64,4	99,1	153,9%
2019	85,5	68,4	80,0%
2018	81,9	66,9	81,6%
2017	75,5	65,4	86,7%
2016	72,4	62,2	85,9%
2015	70,4	62,1	88,3%
2014	68,1	56,7	83,3%
2013	65,0	46,5	71,6%

Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Anexo 12.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Agosto/2026 (R\$ bilhões)

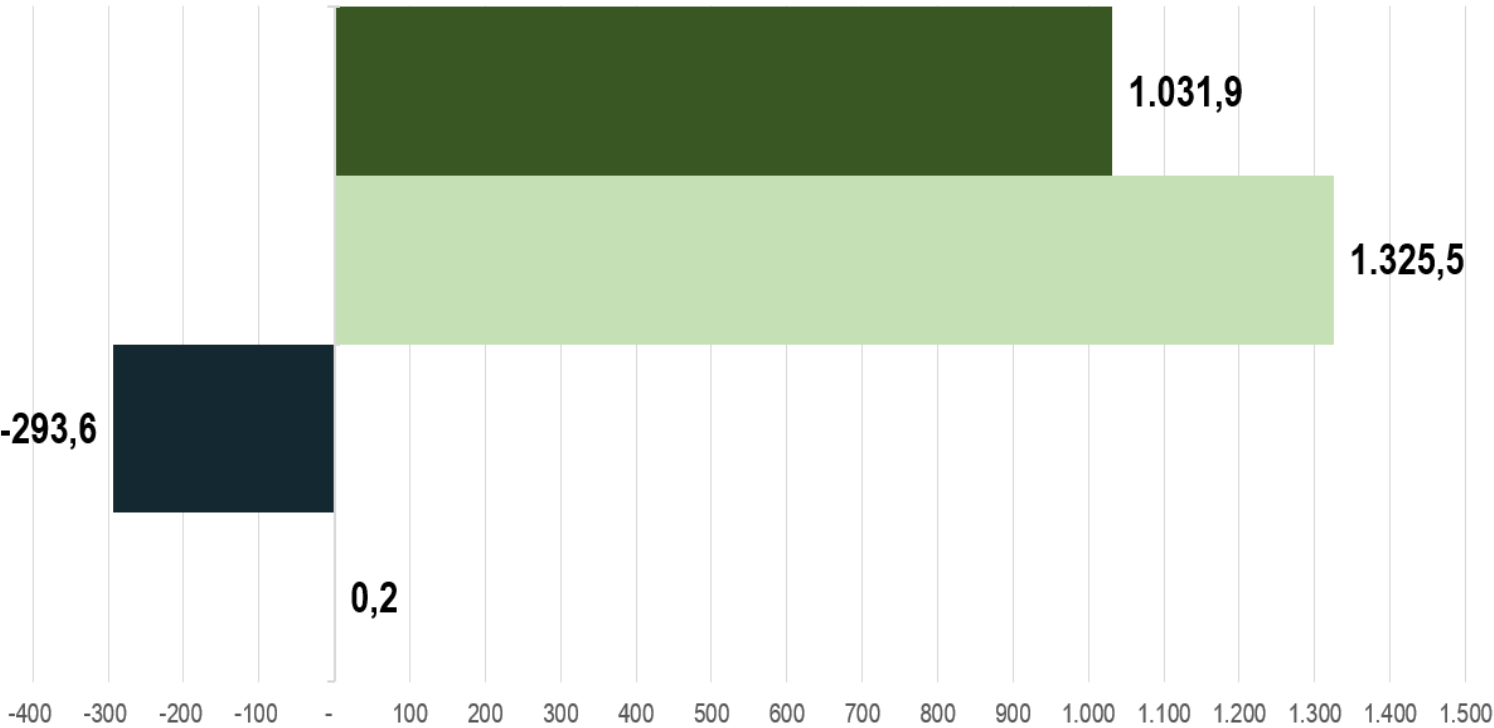
O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO													
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RGPS	191,75	212,06	224,99	230,63	240,48	247,82	262,99	235,88	283,22	334,60	369,61	404,53	445,46	493,00
RPPS - Civil e FCDF	15,22	16,58	18,11	18,28	20,81	20,85	20,91	24,07	25,44	24,59	24,42	26,37	25,74	29,33
Pensões Militares	1,39	1,53	1,75	1,83	2,16	1,52	1,63	4,00	5,40	5,64	5,84	5,96	6,15	6,59
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	162,31	172,70	179,29	235,04	167,02	190,61	195,25	221,98	304,95	363,12	364,93	436,98	460,06	502,96
Total das Receitas	370,67	402,88	424,14	485,79	430,47	460,81	480,78	485,93	619,00	727,95	764,80	873,84	937,42	1.031,88
Despesas da Seguridade Social														
Despesas do RGPS	240,95	262,04	270,26	331,90	368,17	386,26	412,44	461,67	492,41	553,52	600,10	643,15	709,67	769,84
Saúde	46,35	56,74	61,67	62,16	65,43	66,89	68,40	99,13	100,63	92,75	88,52	125,32	129,37	154,75
Assistência Social	40,26	44,18	47,07	51,24	55,12	57,95	60,81	288,24	109,79	118,49	173,93	187,47	193,78	198,88
RPPS - Civil e FCDF	41,63	41,46	44,89	46,96	53,44	55,24	58,86	61,76	58,31	63,25	65,85	69,86	71,49	79,07
Seguro Desemprego	20,48	22,81	25,94	25,11	25,31	24,40	24,87	27,53	23,99	27,57	30,32	34,10	36,87	37,74
Pensionistas Militares	16,11	20,62	22,75	11,10	12,49	13,95	14,94	15,14	15,86	16,58	17,23	17,82	18,29	19,33
Abono Salarial	7,74	6,85	3,75	12,62	10,59	11,71	11,48	15,63	10,16	22,86	24,59	27,89	29,36	32,50
Demais Despesas	14,04	15,47	16,69	17,55	20,64	22,07	21,70	22,52	27,82	24,76	33,00	28,98	31,44	33,39
Total das Despesas	427,55	470,16	493,01	558,63	611,20	638,47	673,50	991,62	838,97	919,78	1.033,53	1.134,59	1.220,27	1.325,50
Resultado														
Resultado da Seguridade Social	-56,88	-67,29	-68,87	-72,84	-180,73	-177,66	-192,72	-505,69	-219,97	-191,83	-268,74	-260,75	-282,86	-293,62
Receitas Desvinculadas (DRU)	37,96	39,51	40,80	0,00	62,80	72,92	74,14	0,13	0,13	0,14	0,18	0,16	0,19	0,19
Resultado com Receitas Desvinculadas	-18,92	-27,78	-28,07	-72,84	-117,93	-104,75	-118,58	-505,56	-219,84	-191,69	-268,56	-260,59	-282,67	-293,43

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social
Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Agosto/2026 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Agosto de 2026, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	1.032
Despesas da Seguridade Social	1.325
Resultado	-294
DRU	0

Receitas da Seguridade Social
Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social
A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

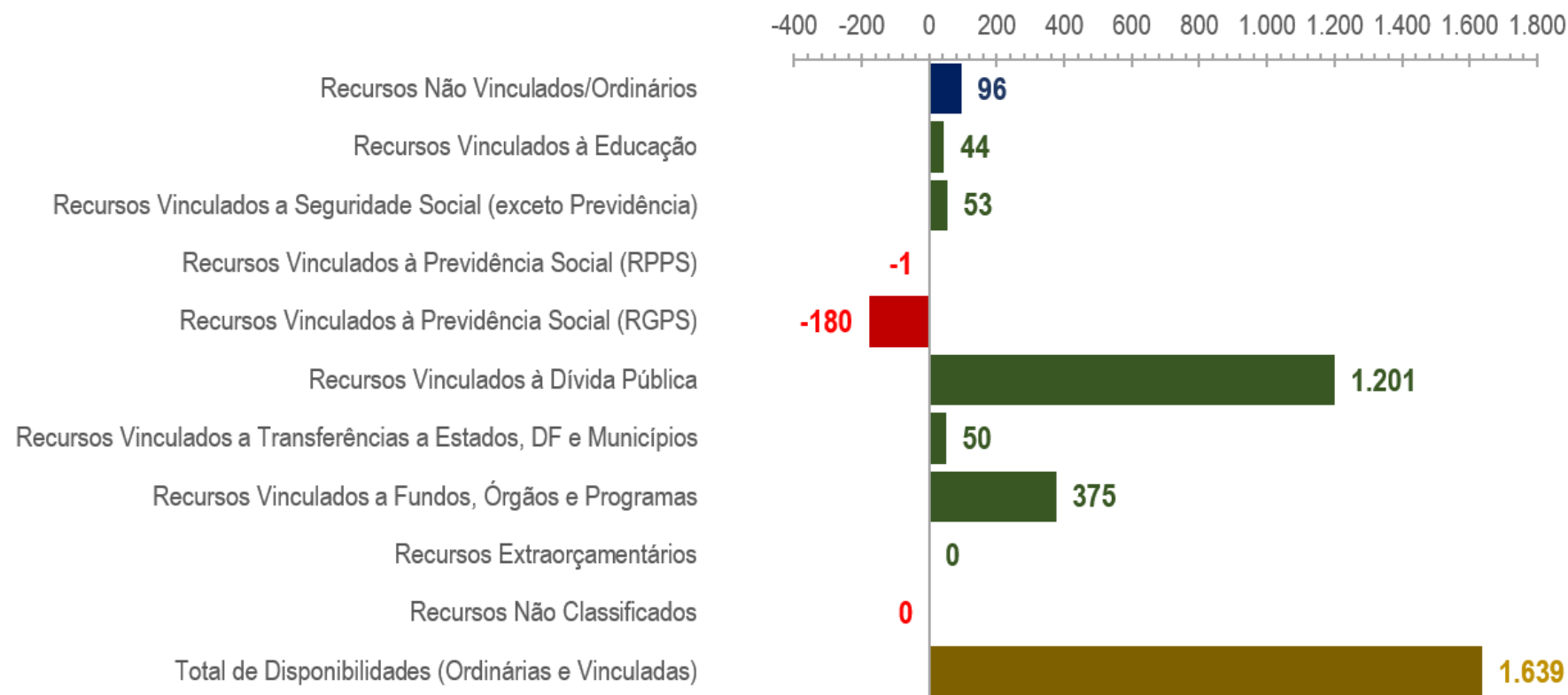
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Agosto de 2026, Tabela 1.

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Agosto/2026 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Agosto de 2026, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da
Execução Orçamentária de
Agosto de 2026, Tabela 4.